

# EM NOME DA ORDEM: A CULTURA POLÍTICA ANTICOMUNISTA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: 1935-1985

*Mauro Eustáquio Costa Teixeira<sup>1</sup>*

## RESUMO

Este artigo analisa as formulações de caráter anticomunista presentes nas “ordens do dia” através das quais os comandantes militares brasileiros comemoravam, a cada ano, as vitórias das Forças Armadas em 1935, contra a chamada “Intentona Comunista”, em 1964, no golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. Buscamos, nestes discursos, elementos que permitem caracterizar o anticomunismo militar como uma cultura política que orientou o comportamento das instituições castrenses do Brasil ao longo do século XX.

**Palavras-chave:** Anticomunismo. Militares. Cultura política. Brasil republicano.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil. Bolsista CAPES/CNPq. mauroteixeirabh@gmail.com

# ON BEHALF OF THE ORDER: ANTICOMMUNIST POLITICAL CULTURE IN THE BRAZILIAN ARMED FORCES 1935-1985

## ABSTRACT

This article examines anticommunist formulations in the “agendas” through which Brazilian military commanders conduct annual celebrations of two victories by the armed forces: in 1935, against the so-called “Intentona Comunista” (Communist Conspiracy); and in 1964, in the coup that overthrew the constitutional government of João Goulart. In these discourses, we seek elements that allow a characterization of military anticommunism as a political culture that guided the behavior of military institutions in Brazil throughout the twentieth century.

**Keywords:** Anticommunism. Military. Political culture. Republican Brazil.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória política do Brasil republicano, um traço marcante é o papel ativo das Forças Armadas nos momentos de ruptura das instituições e no processo de acomodação que se segue a tais abalos. Foi assim na própria proclamação da República, em 1889, na chamada “revolução” de 1930, na instalação do Estado Novo, em 1937, na derrubada de Vargas em 1945, na crise que levou à renúncia deste ao seu segundo mandato, em 1954, na garantia da posse de Juscelino Kubitschek em 1955-1956 e, sobretudo, no golpe de 1964 e no regime autoritário que se seguiu a ele, quando os militares assumiram, como o apoio de setores civis, o controle do Estado brasileiro.

Reconhecemos que não é possível localizar, nesta longa trajetória, um princípio orientador que seja comum a todos os momentos de intervenção militar, de modo que submetesse todos eles a uma mesma lógica. Por outro lado, podemos observar, não em todos, mas em vários deles, um aspecto marcante e duradouro que se transformou em uma das principais referências político-ideológicas das instituições castrenses brasileiras: trata-se do discurso anticomunista.

Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 19), que estudou o anticomunismo na sociedade brasileira entre as décadas de 1920 e 1960, ressalta que este se baseia em uma atitude de “recusa militante” ao comunismo, definido como a “síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético”. Contudo, o mesmo autor chama a atenção para a variabilidade que esta tradição política apresenta ao longo das décadas (MOTTA, 2002, p. 279-280), bem como para a

diversidade de discursos (católico, nacionalista, liberal) e setores sociais (igrejas, Forças Armadas, imprensa) que podiam portar o anticomunismo como um elemento basilar de sua atuação política (MOTTTA, 2002,).

Por sua vez, Luciano Bonet (1998, p. 34-35) procura tipificar a prática do anticomunismo por parte dos Estados; haveria, assim, um tipo “fascista e reacionário em geral, que se traduz na sistemática repressão da oposição comunista, e tem por norma tachar de comunista qualquer oposição de base popular” e outro próprio dos regimes democráticos, no qual, no caso da ausência de uma atuação comunista significativa<sup>2</sup>, o anticomunismo se torna “componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema”.

Este artigo, que retoma e reelabora colocações antes apresentadas em nossa dissertação de mestrado (TEIXEIRA, 2012), procura analisar uma variação específica do pensamento anticomunista: aquela que esteve presente no imaginário político dos oficiais militares brasileiros ao longo da maior parte do século XX. Ao abordar o anticomunismo militar como uma “cultura política” (em um sentido diferente do empregado por Bonet, como se verá), pretendemos estudá-lo como um fenômeno dotado de razoáveis graus de permanência e coesão, capaz de influenciar e mesmo determinar escolhas políticas das Forças Armadas que foram fundamentais para os rumos históricos do Brasil.

Com efeito, é possível observar, na oficialidade brasileira, que o anticomunismo ali difundido vai muito além da simples recusa do projeto comunista de sociedade, comportando um conjunto de ideias acerca de um modelo de organização social e política considerado ideal pelos comandantes das Forças Armadas e, é possível inferir, pela maior parte da oficialidade.

Em nossa visão, esta realidade permanece ainda nos dias de hoje, porém, para permitir uma análise mais sistemática, optamos por circunscrevê-la ao período compreendido entre a chamada “intentona comunista”, em 1935, e o fim do último mandato de um general no comando do Poder Executivo, em 1985. O material escolhido são as “ordens do dia” proferidas pelos comandantes militares em comemoração pelos aniversários da vitória sobre a “intentona” e da “revolução” de 1964. Naqueles momentos, os líderes das instituições castrenses

---

<sup>2</sup> Consideramos este o caso do Brasil no século XX, onde, embora o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tenha tido, em certos momentos, atuação significativa nos movimentos sociais, sua proscrição – bem como a de qualquer outra organização comunista – impediu de se tornar uma força política relevante, no período enfocado por este artigo.

buscavam solidificar os valores que consideravam ideais na formação de oficiais e soldados, revelando elementos de um anticomunismo intenso e sistemático, que ajuda em muito a explicar o comportamento conservador que caracteriza as Forças Armadas brasileiras.

### “SOBRE O CONCEITO DE “CULTURA POLÍTICA”

Em busca de uma conceituação de “cultura política”, Serge Bernstein (1998, p. 349) parte da definição de Sirinelli (“uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no meio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”) e avança na direção da definição das diversas componentes que formam este conjunto:

Uma base filosófica ou doutrinal [...] uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante. (BERNSTEIN, 1998, p. 350-351).

Estes elementos, lembra o autor, “estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERNSTEIN, 1998, p. 350). Segundo Bernstein, as culturas políticas são fenômenos plurais e evolutivos, ou seja, a coexistência de várias delas dentro de um mesmo espaço nacional e a relação osmótica que podem estabelecer entre si faz com que elas se transformem ao longo do tempo, até porque, caso não o fizessem, não sobreviveriam às transformações da realidade histórica (BERNSTEIN, 1998, p. 352-358). Na opinião deste estudioso, o interesse no uso desta ferramenta conceitual está em seu potencial para o estabelecimento de uma lógica do comportamento político e para a compreensão da coesão de grupos organizados (BERNSTEIN, 1998, p. 362-368).

Por sua vez, Rodrigo Patto de Sá Motta, que adota uma definição de cultura política -“conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário,

partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (MOTTA, 1996, p. 86)- próxima à de Bernstein, destaca a centralidade do imaginário, enquanto conjunto de representações simbólicas, rituais e mitológicas partilhadas pelo grupo, na constituição de uma cultura política (MOTTA, 1996, p. 86-89). Além disso, o autor propõe alguns cuidados para o uso do conceito. Entre os principais, o fato de que este conjunto, para se enquadrar na definição, deve ser dotado de duração:

Assim como a conceituação geral de cultura, só faz sentido falar-se em cultura política quando se trata de normas, valores, etc., razoavelmente arraigados, estruturados; quando se estabelecem tradições que são reproduzidas por várias gerações. O conceito não se aplica a fenômenos superficiais e passageiros (MOTTA, 1996, p. 86).

Em trabalho mais recente, Motta refina um pouco mais sua conceituação:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Neste mesmo artigo, o autor reflete sobre as possibilidades colocadas pelo conceito, destacando a possibilidade de articulação entre a visão plural proposta por Bernstein, na qual diferentes culturas políticas convivem em uma mesma sociedade, com um outro enfoque, este singular, ou mesmo “nacional”, abrindo caminho para que se enxerguem subculturas políticas (MOTTA, 2009, p. 21-32 ).

## **BASES IDEOLÓGICAS DO ANTICOMUNISMO MILITAR**

De volta ao nosso objeto, propomo-nos a buscar nos discursos políticos proferidos por comandantes militares por ocasião das comemorações dos eventos de 1935 e de 1964 manifestações de uma cultura política a qual chamaríamos “anticomunismo militar”. Esta, por sua vez, seria, pelo menos em parte, um subproduto do pensamento conservador e autoritário que se gestou no Brasil desde a segunda metade do século XIX, na formulação de autores como

(PEREIRA, 2008; SOUZA, 2005), e que era marcado por uma recusa da democracia liberal e pela defesa da ação do Estado no sentido de possibilitar a emergência de uma nação cidadã.

No século XX, este tipo de colocação evoluiu em diferentes elaborações políticas e doutrinárias. Uma delas foi o nacionalismo autoritário, estudado por Boris Fausto (2001), que congregava pensadores como Oliveira Vianna (1883-1951) e Francisco Campos (1891-1968). Defendiam que uma modernização de cima para baixo, dirigida pelo Estado, que deveria priorizar a ordem em detrimento da liberdade (FAUSTO, 2001, p. 46-47).

Outra manifestação do pensamento autoritário no Brasil nas primeiras décadas do século XX foi o tradicionalismo católico, cujo representante maior foi Jackson de Figueiredo (1891-1928), defensor de um processo de “re Cristianização”, no qual uma elite espiritual teria a tarefa de restaurar uma ordem perdida, através da reposição da desigualdade, da autoridade e da hierarquia entre os homens (PINHEIRO FILHO, 2007, p. 38).

A adesão dos militares a este tipo de pensamento pode ser melhor entendida a partir das contribuições da sociologia militar. Samuel Huntington (1996, p. 91-113) coloca que a ética própria dos militares, marcada por noções rígidas de hierarquia e de obediência, bem como pela defesa da indivisibilidade do Estado-nação, faz com que eles sejam avessos a ideologias como o liberalismo (que valoriza sobremaneira a liberdade individual) e o marxismo (que considera o antagonismo entre classes mais relevante que o pertencimento nacional). Morris Janowitz (1967, p. 27), por sua vez, ressalta que a tendência do “soldado profissional” ao conservadorismo se explica pela origem social da atividade, ligada à “nobreza pós-feudal na Europa e de seus equivalentes sociais nos Estados Unidos”.

No caso brasileiro, estes fatores, associados, como veremos, à memória da insurreição de 1935, apontam para a formação de uma cultura política não meramente conservadora, mas marcadamente anticomunista, que viria a influenciar decisivamente as gerações de oficiais formadas a partir dos anos 1930.

## **O ANTICOMUNISMO MILITAR COMO CULTURA POLÍTICA**

Seria realmente possível qualificar o anticomunismo, que se baseia na rejeição de uma dada ideologia, como uma cultura política específica? Dificilmente, se o limitássemos a esta dimensão de recusa ao bolchevismo.

Porém, é preciso atentar para um aspecto ressaltado por Bonet (1998, p. 34): a partir da Revolução Russa de 1917, o comunismo tornou-se “uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais”, ou seja, deixava de ser meramente uma ideia ou um movimento. Por esta razão, para o autor, “o anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios”, transformando-se em um fenômeno complexo, ao mesmo tempo ideológico e político”, que necessita, para ser entendido, da consideração de especificidades temporais, espaciais e ideológicas.

Entendemos que a formulação de Bonet abre espaço para a compreensão do pensamento anticomunista como uma realidade que se apresenta em variados formatos, conforme o contexto histórico. E defendemos que as formulações anticomunistas elaboradas pela alta oficialidade das Forças Armadas brasileiras a partir dos anos 1930 podem ser consideradas uma cultura política específica, pelos motivos que apresentaremos em breve.

Inicialmente, é preciso lembrar que, no Brasil, o anticomunismo, entre os militares, tendeu a ser mais sistemático e mais elaborado do que em outros setores da sociedade civil. Isso se deveu a uma combinação daqueles fatores levantados por Huntington e Janowitz acerca do comportamento político dos militares como um acontecimento viria a acentuar e radicalizar o anticomunismo militar brasileiro, marcando profundamente as formulações políticas das Forças Armadas durante todo o restante do século XX. Tratou-se da insurreição de 1935 – eternizada com o nome de “Intentona Comunista” – que, no entender de Celso Castro (2002, p. 49), desempenhou um papel fundamental no sentido de institucionalizar a ideologia anticomunista entre os oficiais brasileiros.

Este autor chama a atenção para o próprio nome que passou a designar o evento:

O episódio logo viria a ser nomeado, pelos vencedores, de “Intentona” - intento louco, plano insensato, desvario – nome com que ficou, por muito tempo, consagrado na história. A própria escolha do termo que designa o evento já é, portanto, um julgamento do mesmo (CASTRO, 2002, p. 51).

Para Motta, “O levante foi representado como exemplo de concretização das características malélicas atribuídas aos comunistas” (MOTTA, 2004, p. 295). Esta representação atingiria o seu ápice na acusação, até hoje polêmica, de que os

revoltosos teriam matado oficiais durante o sono (MOTTA, 2004, p. 296; CASTRO, 2002, p. 51)

Castro associa a imagem maléfica à acusação de “traição”:

Dentre os elementos do imaginário anticomunista que ganharam colorido mais forte, está a associação do comunismo com o mal, representado como uma enfermidade. Daí a metáfora, que teria vida longa, de uma “infiltração” comunista, como se fosse uma doença/doutrina “exótica” introduzida no Brasil por agentes estrangeiros ou por “traidores da pátria” (CASTRO, 2002, p. 52).

Se lembrarmos, mais uma vez, a definição de “cultura política” adotada mais recentemente por Motta, que fala de um conjunto de elementos partilhados por uma coletividade e que “expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21), veremos que a rejeição ao comunismo cumpriu estes papéis no interior das Forças Armadas após 1935.

A insistência em celebrar, em solenidades oficiais, a vitória sobre a insurreição de 1935 é uma evidência da importância do anticomunismo na formação de uma identidade comum aos oficiais militares brasileiros. Tais celebrações (que, a partir de 1965, se combinaram com a comemoração do aniversário da “Revolução” de 1964, manifestando a visão de uma continuidade entre os dois momentos) reforçam uma leitura do passado que se pretende comum a todos os integrantes das Forças Armadas, e na qual o comunismo aparece como o mais perigoso inimigo a ser derrotado pelos militares.

Além disso, cabe lembrar que Motta (2004, p. 292) aponta o anticomunismo como “o principal argumento do discurso que levou ao golpe de 31 de março [de 1964]”, o que confere a esta escolha ideológica um papel central como inspiração de escolhas políticas assumidas pela alta oficialidade militar. Por todas estas razões, o anticomunismo – na versão que dele se construiu no interior das Forças Armadas brasileiras – não pode ser considerado uma mera rejeição ao comunismo, mas sim uma opção político-ideológica duradoura, abrangente e razoavelmente sistematizada, como demonstraremos.

Passemos agora à busca dos componentes que se fazem presentes em uma cultura política, conforme colocado por Bernstein (1988, p. 350-351), em passagem já citada.



Em termos de *base doutrinal*, a noção de *ordem* ocupa um lugar central. A defesa da “ordem” aparece com muita frequência nos discursos militares que recordavam 1935 e 1964. Geralmente, porém, os comandantes que proferiam aqueles discursos não definiam o conteúdo da noção em questão. A “ordem” é tida como um valor absoluto, uma condição prévia para a paz social e para o progresso da sociedade. Para o Ministro da Guerra, General João Gomes Ribeiro Filho, em novembro de 1936, “sem ordem não pode haver progresso; este repousa na garantia dos direitos reguladores das atividades individuais”. Aparentemente, o general supunha que a “ordem” residia no controle das atividades político-sociais, o que seria uma atribuição dos integrantes das Forças Armadas, “elementos incumbidos de garantir a tranquilidade pública” (apud CARVALHO, 1981, p. 159).

Esta fala nos remete à formulação de Giuseppe Vergottini, para quem “A Ordem pública é comumente evocada como *limite ao exercício de direitos*” (VERGOTTINI, 1998, p. 851, grifo do autor). Para este autor, o uso legislativo deste conceito se dá, de uma forma geral, como “sinônimo de convivência ordenada, segura, pacífica e equilibrada, isto é, normal e conveniente aos princípios gerais de ordem desejados pelas opções de base que disciplinam a dinâmica de um ordenamento”. Em outras palavras, nesta acepção, o conteúdo da “ordem pública” dependeria do Estado que a institui e do que este deseja em termos de comportamento social.

Assim, em nosso entender, o anticomunismo militar compreende a “ordem” como a vigência e a estabilidade de determinados padrões de relações sociais. Estes padrões, por sua vez, se assentariam em ideias de desigualdade e de hierarquia. Uma das acusações que se faz ao comunismo nas homenagens aos mortos de 1935 é justamente a de que aquela ideologia atentaria contra a hierarquia social: “na hora que passa estão novamente em ação contra a integridade do País, as forças cegas da prometida *niveleção bestial de todos os seres*”, afirma o General Newton de Andrade Cavalcante (apud CARVALHO, 1981, p. 167, grifo nosso) em 1937. Nove anos depois, o contra-almirante Renato de Almeida Guillobel (apud CARVALHO, 1981, p. 277, grifo nosso) exaltava as virtudes da lida nos navios militares, nos quais, segundo ele, “o Almirante e o simples marujo” viveriam a mesma rotina, “apenas diferenciados pela hierarquia militar e pela cadeia de comando, instrumento sem o qual jamais poderia subsistir qualquer instituição, *quer na ordem militar, quer na ordem civil de uma Nação*”.

Os trechos que destacamos no parágrafo acima apontam para uma concepção segundo a qual a hierarquia e a “cadeia de comando” seriam uma condição essencial para a vida social e fariam parte, até mesmo, da natureza humana, já que a “niveleção” prometida pelo comunismo seria “bestial”. Em outros momentos, a “ordem” emanaria mesmo de dimensões sobrenaturais. Com efeito, o imaginário anticomunista militar é eivado de imagens religiosas e espiritualistas. Em 1957, o marechal Henrique Teixeira Lott (apud CARVALHO, 1981, p. 331) afirmava que a “Intentona” tentara apunhalar “a própria Pátria, naquilo que lhe é mais sagrado e característico: a consciência cristã de povo livre”. Nesta consciência, não poderia nunca vingar “Uma filosofia que omite o espírito, abandona Deus e considera o homem, apenas, como peça da engrenagem destinada à produção de bens materiais.”

Em 1969, Orlando Geisel ataca o comunismo por seu desprezo pelos valores espirituais:

A propaganda subversiva visa a criar, assim, uma aparente prevalência dos valores materiais sobre as forças espirituais do homem. No Brasil, felizmente, há uma consciência de nossos valores morais: prezamos o passado, cremos no futuro, temos fé na ordem espiritual, consolidada em século e meio de independência, soberania e unidade (apud CARVALHO, 1981, p. 277).

Nas palavras de Lott, a própria noção de liberdade aparece associada a uma identidade religiosa cristã. Na fala de Orlando Geisel, ministro do Exército durante a fase em que a maioria das ações repressivas da “comunidade de segurança” foi executada (1969-1974), as relações de dominação entre os diversos setores da sociedade teriam sido formuladas em um desígnio divino, que a trajetória histórica brasileira teria se encarregado de “consolidar”.

Estas referências naturais e sobrenaturais da noção de “ordem” possibilitavam a ela ultrapassar o domínio da esfera pública, penetrando, também, a vida privada dos indivíduos. Assim, haveria uma ordem familiar que também seria alvo da ação comunista. Em um discurso civil, transcrito no boletim de um Regimento do interior mineiro, no vigésimo aniversário da “Intentona”, afirmava-se que o comunismo, nos países em que chegara ao poder, “nivelou os sexos que, pela sua finalidade biológica e social, jamais poderão existir em situação de perfeita igualdade, e destruiu a noção tradicional de família” (LIMA apud CARVALHO, 1981, p. 147).

Em síntese, o anticomunismo militar se baseia na defesa de uma noção de “ordem”, cujo conteúdo seria as relações sociais hierárquicas vigentes na sociedade brasileira e mesmo na vida privada dos indivíduos (como no caso da família, exemplificado acima). Esta noção, eventualmente, pode encontrar seu embasamento em formulações mais abstratas, ligadas à natureza ou ao sobrenatural. Entretanto, é também muito comum que se fundamente em considerações sobre o passado brasileiro.

O anticomunismo militar se define pela defesa de uma ideia ampla e cristalizada de “Pátria”, bastante vinculada à noção de um “caráter nacional”. Marilena Chauí chama a atenção para o fato de que esta última noção, bastante comum nos pensamento político e social brasileiro na primeira metade do século XX, tem um conteúdo bastante variável, conforme o sujeito que a enuncia e o contexto histórico em que o faz. Gilberto Freyre e Cassiano Ricardo, por exemplo, atribuíam características positivas ao “caráter nacional”, enquanto Silvio Romero e Paulo Prado, entre outros, o viam negativamente. Todavia, segundo a autora, ele aparece sempre como “algo pleno e completo”, seja caracterizado negativamente, seja positivamente: “quer para louvá-lo, quer para depreciá-lo, o 'caráter nacional' é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma 'natureza humana' determinada” (CHAUÍ, 2000, p. 21). O “caráter nacional” é, assim, uma noção diferente e quase oposta a “identidade nacional”, que comporta incompletudes, lacunas e contradições.

As falas dos chefes militares deixam explícito seu entendimento de que o comunismo se volta contra aquilo que entendem ser este “caráter nacional” que, por sua vez, estaria permeado pela convivência pacífica entre diferentes raças e/ou classes sociais, já que, de acordo com o contra-almirante Renato de Almeida Guillobel, que discursou em nome da Marinha em 1946, “no Brasil livre jamais medraram privilégios de raça ou distinção de castas” (apud CARVALHO, 1981 p. 276). Não haveria lugar, no país, para a luta de classes, já que os trabalhadores brasileiros constituiriam “classes laboriosas *albeias à explosão*”, no entender do General Valentim Benício da Silva (apud CARVALHO, 1981, p. 124), em 1937. Trinta e um anos depois, em 1968, o brigadeiro-do-ar Deoclécio de Lima Cerqueira, falando em nome do conjunto das Forças Armadas, proclamava, dirigindo-se aos mortos de 1935: “Vocês morreram pelo direito de nosso povo *continuar* a ser bom, leal, compreensivo, justo e magnânimo” (apud CARVALHO, 1981, p. 429-30, grifo nosso).

Esta fala é bastante sugestiva a respeito da *leitura do passado* adotada pelo anticomunismo militar brasileiro. Ela insinua que o movimento comunista teria

vindo interromper uma trajetória marcada pelos valores positivos que ele atribui ao comportamento do povo. Em um sentido semelhante ao da colocação de Cerqueira, em 1974, o Ministro do Exército, Sylvio Frota, recuava ao século XIX para relatar que:

Ao longo da nossa vida independente, caracterizada pela sabedoria, inteligência e pelo espírito de concórdia com que temos sabido ultrapassar as crises mais graves de nossa evolução, algumas vezes os brasileiros se desentenderam e chegaram mesmo à luta armada (apud CARVALHO, 1981, p. 471).

O general, nesta passagem, se refere a uma sequência de movimentos políticos que começa com a Cabanagem (Pará, 1835-1840) e vai até o episódio da revolta dos “18 do Forte”, em 1922. Para ele, nestes episódios, “a *índole pacífica* e a generosidade de nossa gente” teriam feito com que revoltosos e legalistas fossem lembrados com igual apreço pela posteridade, “porque, normalmente, havia patriotismo nos dois lados” (apud CARVALHO, 1981, p. 471, grifo nosso).

A “Intentona” de 1935, porém, marcaria, para Frota, uma ruptura neste padrão: “em novembro de 1935, pela primeira vez, em nossa história, ocorreu uma sedição visceralmente antibrasileira”. Esse caráter “antibrasileiro” do movimento comunista seria dado por três fatores: a participação de militantes estrangeiros, a intenção de substituir “nossa filosofia de vida democrática por modelo de escravidão sócio-econômica incompatível com a vocação de liberdade de nosso povo” (apud CARVALHO, 1981, p. 472) e pelo episódio, referido acima, dos militares que, supostamente, teriam sido assassinados durante o sono.

O comunismo, assim, aparece como elemento perturbador, violento, a estorvar uma trajetória histórica marcada pela concórdia e pela conciliação. Após 1964, tornou-se comum que, nas homenagens aos mortos pela “Intentona”, fosse reafirmada a continuidade histórica entre aqueles eventos e a atuação comunista antes e depois do golpe.

É típica do anticomunismo militar essa visão da sociedade como um todo orgânico, e a noção de “povo” como uma unidade harmônica na busca de objetivos comuns. Note-se, porém, que esta unidade não se confunde, em nenhum momento, com igualdade. Em nossas colocações sobre a ideia de “ordem” que embasa o anticomunismo militar, já deixamos claro que esta cultura política se rege pela defesa da desigualdade entre os indivíduos e os agrupamentos

sociais. Resta tecer algumas considerações acerca do que seria uma sociedade ideal na formulação anticomunista.

Em tal formulação, surge com destaque a figura da colaboração de classes. Em 1962, o general Aluizio de Miranda Mendes (apud CARVALHO, 1981, p. 373) vinculava a própria noção de “democracia” a esta colaboração:

Jamais poderá haver conflitos ou lutas de classes num mundo que tenha, de fato, recebido a genuína revelação democrática a qual [...] faz com que haja não ódio, nem escravidão, nem maldade, mas, sim, um trabalho comum – febril e fecundo – de aproximação e de aperfeiçoamento a ser realizado no domínio dos espíritos, para o maior bem do homem e para a maior glória da civilização.

Quinze anos depois, o Ministro do Exército, general Fernando Belfort Bethlem, ao discorrer sobre as estratégias dos comunistas, lembrava que estes agiam “Alimentando o ódio entre as classes sociais, o racismo e outros antagonismos” (apud CARVALHO, 1981, p. 373). No mesmo sentido, segundo o discurso do General João Batista Figueiredo ao comemorar os dezesseis anos da “Revolução”, em 1980, “Sob o manto de proteger os pobres e necessitados, os inimigos da democracia realmente buscavam o esbulhamento de um povo pacífico e ordeiro” (O DISCURSO..., 1980, p. 4).

Na busca deste quadro social “pacífico e ordeiro”, o anticomunismo militar busca uma *visão institucional* que coloque o Estado em posição de garantir que a sociedade se comporte como o desejado. A retórica dos comandantes militares, tanto nas comemorações da “Intentona” de 1935 quanto nas da “Revolução” de 1964, insiste bastante na noção de “democracia”. Já o conteúdo desta noção não goza de muita especificação.

Destacam-se duas caracterizações recorrentes nos discursos dos oficiais: a primeira, evidentemente, supõe que o comunismo, por ser essencialmente antidemocrático, impede a plena realização da democracia, que só seria possível com a proscrição e a exclusão das organizações comunistas do ambiente político-social.

Uma segunda caracterização central para se pensar o conteúdo da “democracia” defendida pelo anticomunismo militar é a recusa de padrões democráticos supostamente “prontos” ou “importados”; vários chefes militares

postulam que o Brasil precisa encontrar o seu próprio modelo de democracia, capaz de garantir valores como “ordem” e “paz social”.

No período do Estado Novo, quando o liberalismo encontrava-se extremamente desprestigiado nas formulações das elites políticas brasileiras, o modelo liberal-democrático será, mais de uma vez, responsabilizado pela emergência da agitação comunista. É o que se verifica, em 1939, na alocução do General Góes Monteiro (apud CARVALHO, 1981, p. 198), para quem “o perigo não residia tanto na liberdade de circulação dos venenos tanto quanto na fraqueza do organismo social que os recebia inoculados”. Prossegue o general, falando sobre a facilidade encontrada pelos “venenos” comunistas:

Eles encontravam o terreno disposto, aparelhado pela ação desmoralizadora de uma certa forma de republicanismo e liberalismo que, sob o pretexto de salvaguardar os direitos do cidadão e a liberdade da pessoa humana, produzia sobretudo a liquefação dos costumes, a passividade do Governo, a inércia da administração, a desfibragem dos caracteres, enfim, as condições propícias ao triunfo dos messianismos rubros (apud CARVALHO, 1981, p. 198).

Esta perspectiva, segundo a qual o comunismo se aproveita da “passividade” das instituições liberais, é extremamente comum no discurso anticomunista. Já em 1978, na solenidade de comemoração do aniversário do movimento de 1964, o senador Jarbas Passarinho, coronel da reserva, defendia a construção de “um Estado democrático forte”, que fosse capaz de afastar qualquer “ameaça residual fascista” e também “nos resguardar do expansionismo comunista e da estúpida, brutal e imoral ação terrorista, em pleno apogeu em todas as partes do mundo, onde a democracia tem tido o pudor ou medo de defender-se” (GEISEL..., 1978, p. 9).

Na mesma solenidade, o presidente Ernesto Geisel condenava aqueles que cobravam um ritmo mais acelerado na “abertura”, e recomendava que “nos empenhemos na criação de instituições democráticas que sejam autênticas, condizentes com nossa realidade, e não cópias colhidas alhures”. Fazia ainda uma advertência: “guardemo-nos, pois, [...] dos utopistas da 'democracia plena' e de um liberalismo já ultrapassado.” (DISCURSO..., 1978, p. 9).

Chama nossa atenção que, em dois contextos tão díspares quanto o ápice do Estado Novo (1939) e o fim do regime autoritário (1978), representantes de

destaque nas Forças Armadas preconizam que a “democracia” brasileira encontre “caminhos próprios” relacionados à prevenção da ação político-social comunista.

Neste “Estado forte” defendido pelo anticomunismo militar, o papel das instituições castrenses é central. Elas não têm apenas a função de reprimir as organizações comunistas; ao contrário, constituem-se em dirigentes, ainda que não únicas, da “ordem” que deve comandar os destinos da nação, como afirma Goes Monteiro (apud CARVALHO, 1981, p. 197-8) aos seus comandados, em 1939: “Sejamos, então, não uma reunião delirante de ajuntamento formalístico, mas um corpo vivo, *dirigente*, refletido, agente, desejoso de sair desta visitação simbólica, desta romaria santa, mais cômico de suas responsabilidades com a nação”.

Esta exortação se relaciona, em nosso entender, com o autoconceito dos militares brasileiros, presente nos cursos de formação de oficiais. Segundo Celso Castro, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), “a mensagem que se transmite é a de que, em geral, os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também melhores; uma *elite*, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos” (CASTRO, 2009, p. 125).

Desta forma, o “Estado forte” do anticomunismo militar reservaria um papel dirigente aos militares, em associação com outras elites políticas. É o que se infere da fala do Ministro Walter Pires, na celebração do vigésimo aniversário da “Revolução”, quando, após afirmar sua descrença nos “falsos profetas” e nas “bandeiras que não trazem impressas em seus panos a ordem e o progresso”, atalhava: “Cremos, sim, nas elites políticas responsáveis e capazes de levar o Brasil ao seu destino de grande nação” (CLICHÊS..., 1984, p. 6).

Quanto a um “discurso unificado” que, para seguir as colocações de Bernstein, expressaria a cultura política anticomunista, cremos ter indicado acima elementos importantes dele: a insistência na ideia de “ordem”, a oposição constante entre “democracia” e “comunismo”, o apelo a imagens que vinculam a realidade política a dimensões naturais ou sobrenaturais estão entre seus principais componentes. Mostramos, também, que estas formulações, conquanto possam se adaptar, frequentemente se mantêm em diferentes contextos históricos.

Resta, contudo, dedicar algumas linhas à questão da ritualística que acompanharia esta cultura política. Neste aspecto, ganham relevo as celebrações de caráter histórico, em especial as homenagens aos militares mortos pela “Intentona” de 1935. A partir de 1965, soma-se a ela a comemoração da vitória da

“Revolução” de 1964. A realização destes dois eventos fornecia um conteúdo de continuidade à atuação do comunismo no Brasil e, conseqüentemente, à reação contra ele. Eram momentos privilegiados em que os chefes falavam à tropa no sentido de reforçar a identidade anticomunista, aprofundando e solidificando a rejeição ao “credo vermelho”. Vale lembrar que as “ordens do dia” do Ministério do Exército eram repetidas em todos os quartéis e, de forma geral, publicadas nos jornais.

As celebrações contavam com a participação do Presidente da República e de ministros de Estado, além de, em muitas ocasiões, representantes da sociedade civil, como empresários, parlamentares e dirigentes de entidades profissionais. Missas eram sempre celebradas, o que vinculava o anticomunismo de parte da Igreja Católica ao dos chefes militares. Através destes mecanismos, as comemorações em torno de 1935 e de 1964 aproximavam politicamente as Forças Armadas de outros setores da sociedade que partilhavam de sua ojeriza ao comunismo.

Outros momentos também foram aproveitados para este tipo de ritual. Em especial, se destacam as homenagens aos “mártires” da luta anticomunista. Como exemplo podemos citar as exéquias do soldado Mario Kozell Filho, morto em 1968 por um carro-bomba que a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) pretendia fazer explodir no alojamento dos oficiais do quartel onde Kozell servia. Em vez disso, o carro explodiu nos portões da unidade, matando o soldado, que estava como sentinela (GORENDER, 2003, p. 143-144).

Kozell foi enterrado “Com todas as honras militares devidas a um herói” (POVO..., 1968, p. 16). As aulas foram suspensas na rede estadual de ensino, “A fim de propiciar a alunos e professores a oportunidade de participarem das justas homenagens que o II Exército e a população de São Paulo prestarão à memória do soldado e estudante, tão tragicamente desaparecido”, anunciava nota oficial da Secretaria da Educação (HOJE..., 1968, p. 1).

A cerimônia, no dia 27 de junho de 1968, contou com a participação do Arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, e de diversas autoridades, incluindo o Ministro do Exército, General Albuquerque Lima. Foram proferidos vários discursos, entre eles o do Comandante da 2ª Divisão de Infantaria, General Júlio Maximiano Ollivier Filho, que proclamou: “tombaste como um soldado da liberdade e da democracia, lutando lealmente contra um inimigo desleal, que não teve a tua coragem e atacou-te traiçoeiramente” (POVO..., 1968, p. 16).

Em síntese, e com base nos elementos elencados acima, julgamos ter caracterizado o anticomunismo militar como uma cultura política baseada em



uma ideia de “ordem” que remete a uma hierarquia social de fundamento natural ou mesmo sobrenatural; os aderentes a esta cultura política partilham uma visão do passado brasileiro na qual predominam as imagens de união e conagração entre os diversos setores sociais, perturbados, a partir de 1935, pela ação “desagregadora” do comunismo. O anticomunismo militar porta um projeto de sociedade baseado na colaboração e na convivência “harmônica” entre as diversas classes sociais, e crê necessária, para a consecução de tal objetivo, a ação de um Estado “forte”, capaz de impedir que as organizações comunistas se aproveitem das franquias democráticas para se fortalecer.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em qualquer país, as Forças Armadas desempenham um papel institucional central. Detentoras de meios de dissuasão ou repressão pela força, é inevitável que tenham a capacidade de interromper ou promover processos político-sociais por sua própria iniciativa, à revelia da vontade popular e mesmo do ordenamento legal vigente. Se tal potencial vai ou não se realizar, dependerá da formação democrática dos comandantes e das tropas, de sua adesão aos valores democráticos e de sua consciência acerca da necessidade de atuarem sempre *com* a sociedade, sujeitos às mesmas leis e às mesmas regras, e nunca *contra* ou *acima* dela.

Em nosso artigo, procuramos demonstrar que as instituições castrenses brasileiras, ao longo do século XX, foram marcadas por uma formação que punha em relevo o ideário anticomunista. Este ideário vai muito além da simples rejeição ao bolchevismo, constituindo-se em um projeto de sociedade no qual são fundamentais a permanência de relações sociais baseadas na desigualdade e na “colaboração” de classes, a limitação das liberdades políticas por parte do Estado e a subordinação do poder civil ao militar.

Assumindo os contornos de uma cultura política coerente e razoavelmente sólida, o anticomunismo militar brasileiro produziu gerações de oficiais inspiradas por uma profunda repulsa à mobilização autônoma dos setores mais desfavorecidos da sociedade, o que tem originado, ainda nos dias de hoje, um engessamento no processo de efetiva democratização das relações políticas e sociais no Brasil, conforme demonstramos em outro espaço (TEIXEIRA, 2013).

Modernizar a formação dos oficiais militares, preenchendo-a com valores democráticos e tolerantes, é um passo necessário em qualquer processo de democratização. A demora em cumprir esta tarefa faz com que a transição

brasileira não consiga se completar, eternizando impasses e deixando de realizar a efetiva construção de um Estado Democrático de Direito. Superar o anticomunismo na formação militar não significa abrir as portas para uma ditadura do proletariado, e sim reconhecer a legitimidade dos conflitos sociais, bem como o direito e a capacidade da sociedade de definir livremente os seus rumos.

## REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988. p. 349-63.
- BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v. 2, p. 34-35.
- CARVALHO, Ferdinando (Org.). *Lembraí-vos de 35!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Celso. Comemorando a revolução de 1964. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 116-42.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CLICHÊS políticos se renovaram. Folha de S. Paulo, 31 mar. 1984. p. 6.
- DISCURSO do Presidente. Jornal do Brasil, 1 abr. 1978. p. 9.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GEISEL fala da Revolução a cúpula militar e civil. Jornal do Brasil, 1 abr. 1978. p. 9.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003.
- Hoje, às 10h, Araçá: enterro do soldado vítima do atentado. Folha de S. Paulo, 27 jun. 1968. p. 1.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *Revista de História*, Mariana, n. 6, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: 1964-2004 – 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 295-302.

O DISCURSO do Presidente. *Jornal do Brasil*, 1 abr. 1980. p. 4.

PEREIRA, Luisa Rauter. Sívio Romero, o problema do povo-nação e o pensamento social brasileiro. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 22, n. 39, p. 221-239, jul./dez. 2008.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2007.

POVO atira flores sobre o corpo do soldado. *Folha de S. Paulo*, 28 jun. 1968. p. 16.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 302-323, jan./jun. 2005.

TEIXEIRA, Mauro. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira. *AEDOS*, Rio Grande do Sul, n. 13, v. 5, p. 58-78, ago./dez. 2013.

TEIXEIRA, Mauro. *A revanche dos vencedores: história, memória e luta política no Orvil*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: UFOP, 2012.

VERGOTTINI, Giuseppe. Ordem pública. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v. 2, p. 851.